



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**VIOLÊNCIA RACIAL NA ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA OBRA
*QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA***

FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA

Mariana - MG
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Fernanda de Oliveira Silva

**VIOLÊNCIA RACIAL NA ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA OBRA
*QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA***

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Departamento de Letras (DELET),
da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP),
como requisito para conclusão do Curso Letras
Português.

Orientadora:
Profa. Dra. Gabriella Cristina Vaz Camargo
(DELET/UFOP).

Mariana - MG
2026



FOLHA DE APROVAÇÃO

Fernanda de Oliveira Silva

**Violência racial na escrita de Carolina Maria de Jesus:
uma análise discursiva da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada***

Monografia apresentada ao Curso de Letras - Português da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras - Português

Aprovada em 20 de julho de 2026.

Membros da banca

Profa. Dra. Gabriella Cristina Vaz Camargo - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Andreia Chagas Rocha Toffolo - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Jhuliane Evelyn da Silva - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Gabriella Cristina Vaz Camargo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 25/08/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Cristina Vaz Camargo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/08/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1174121** e o código CRC **279C3755**.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil. Foram muitas noites de inseguranças e cansaço. Por isso, agradecer é mais do que uma formalidade, é um reconhecimento sincero de que não cheguei aqui sozinha. A realização deste trabalho não seria possível sem o apoio, a generosidade e a paciência de muitas pessoas, a quem dedico minha mais sincera gratidão.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, apoiando minhas decisões e acreditando no meu potencial. Em especial, à minha mãe e ao meu pai, por serem meus maiores incentivadores e motivadores.

Gostaria de agradecer também a todos os meus amigos que fiz durante e antes da graduação, por todo o apoio. Sem os momentos de distração, nada disso seria possível. Em especial: Ana Luiza, Eduarda, Gabriella, Gabrielle, Isabela, Luiza, Maria Luiza e Nadderson.

À minha orientadora, Profa. Dra. Gabriella Cristina Vaz Camargo, minha gratidão eterna. Obrigada por cada palavra de incentivo, por me guiar com tanto carinho e competência ao longo de toda essa trajetória. Sua orientação foi essencial para que este trabalho se concretizasse.

À Profa. Dra. Andreia Chagas Rocha Toffolo e à Profa. Dra. Jhuliane Evelyn da Silva, meus sinceros agradecimentos por aceitarem fazer parte da banca examinadora para contribuírem com considerações para este trabalho. É uma honra e profundamente significativo para mim que este trabalho seja avaliado por vocês. Nessa troca de saberes entre mulheres, sinto que seguimos os passos de Carolina, que também fez de sua palavra um instrumento de existência e luta.

Por fim, agradeço à Carolina Maria de Jesus, que mesmo em meio à fome e à exclusão, encontrou força para escrever e deixar sua voz ecoar pelo tempo. Sua coragem me inspirou a realizar este trabalho e me ensinou que a palavra pode ser a maior das resistências. Que seu legado continue inspirando outras mulheres negras a ocuparem seu lugar de fala, como eu espero ter feito com este trabalho.

Obrigada a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa história!

“Meus silêncios não me protegeram. Seus silêncios não vão te proteger.”

AUDRE LORDE, *A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação*, 1977.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga as violências raciais que constituem o discurso e a vida de Carolina Maria de Jesus na obra *"Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada"*. As relações entre o racismo e a escrita literária travadas nos textos da autora são ponto de partida, compreendendo que a língua não é neutra, reflete relações de poder onde marginaliza grupos e também lhe dá poder de voz e de denúncia. O estudo fundamenta-se na perspectiva bakhtiniana da linguagem, especialmente, a partir de Bakhtin (2016) e de estudiosos como Faraco (2009), que compreendem o discurso como uma prática social e histórica, refletindo as desigualdades e posições sociais dos sujeitos. A pesquisa busca analisar como o racismo e a violência racial se materializam nos enunciados da autora, considerando sua condição de mulher negra, pobre e mãe solo na favela do Canindé-SP. Para fundamentar essa análise recorre-se aos conceitos de Silvio Almeida (2019), à discussão sobre desumanização de Ângela Davis (2016) e ao "pacto narcísico da branquitude" proposto por Cida Bento (2022). A análise dos dez enunciados selecionados revelou que as violências raciais se manifestam na obra principalmente por meio da naturalização da miséria, da fome e da exaustão, associando a negritude à dor e à sobrevivência precária. Carolina Maria de Jesus não apenas vivencia a opressão, mas a nomeia e a denuncia, transformando sua escrita em instrumento de resistência. Os resultados confirmam a hipótese inicial de que o discurso sobre violência racial se materializa nos enunciados da autora, expondo as desigualdades estruturais do Brasil e reafirmando o papel político da literatura como espaço de denúncia e de reivindicação de humanidade para corpos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Violências raciais, Carolina Maria de Jesus, Discurso.

ABSTRACT

This undergraduate thesis investigates the racial violence that permeates the discourse and life of Carolina Maria de Jesus in her work *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus*. The relationships between racism and literary writing in the author's texts serve as a starting point, understanding that language is not neutral and reflects power relations that marginalize groups while also giving them the power to voice their opinions and to denunciate. The study is grounded in a Bakhtinian perspective of language, particularly drawing on Bakhtin (2016) and Faraco (2009), which understands the discourse as a social and historical practice that reflects inequalities and the social positions of subjects. The research aims to analyze how racism and racial violence materialize in the author's utterances, considering her condition as a Black woman, underprivileged, and single mother in the Canindé favela in São Paulo. To support this analysis, the thesis draws on the concepts of Silvio Almeida (2019), Ângela Davis's (2016) discussion on dehumanization, and the "narcissistic pact of whiteness" proposed by Cida Bento (2022).

Keywords: Racial violence, Carolina Maria de Jesus, Discourse.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1. Do contexto de elaboração da obra: a vida de Carolina Maria de Jesus	10
2. Perspectiva bakhtiniana da linguagem: alguns conceitos centrais	11
3. Temáticas importantes na obra de Carolina: fome e violência racial	13
4. Análise discursiva dos trechos da obra	17
5. Considerações finais	24
Referências	25

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo central deste trabalho é investigar as possíveis violências raciais que atravessam o discurso e a vida de Carolina Maria de Jesus em sua obra: *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. A pesquisa busca perceber e analisar de que forma a autora relata e retrata as opressões sofridas em seu cotidiano, construindo uma narrativa que atravessa os limites do diário pessoal para se tornar um manifesto de resistência. Abordaremos, de forma geral, a vida da escritora, o enredo do livro, ambientado na antiga favela do Canindé, em São Paulo, na década de 50 e 60, e os elementos raciais que se manifestam nas relações sociais relatadas e vividas.

A escolha do tema justifica-se tanto por uma motivação pessoal, quanto pela relevância social, histórica e acadêmica dessa discussão no cenário brasileiro contemporâneo. Ao longo da minha trajetória na universidade, o debate sobre questões raciais me atravessou de diferentes formas, nas quais eu pude vivenciar algumas violências na pele e tive a oportunidade de me aprofundar academicamente nesses temas, ampliando minha compreensão sobre como o racismo opera na sociedade e na linguagem. Desse modo, entendemos que o racismo ainda se manifesta de forma profunda em nossa sociedade, produzindo desigualdades que atravessam gerações e impactam diretamente a vida de milhares de pessoas. Refletir sobre essas práticas é fundamental para a construção de ações transformadoras e para a compreensão das formas como essas violências afetam as vítimas, especialmente, em cursos de licenciaturas, tal como o curso de Letras, onde nós, futuros professores, devemos estar sempre atentos e preparados para algumas situações desse tipo.

Carolina Maria de Jesus, ao registrar suas vivências marcadas principalmente pela fome, pela exclusão e pela marginalização socioeconômica, transformou o diário íntimo em um importante documento social. Partiremos da ideia e da compreensão de que a linguagem, conforme Bakhtin (2016), não é neutra ou meramente instrumental, mas sim constituída por relações históricas, sociais e ideológicas complexas, que se materializam nos enunciados produzidos pelos sujeitos em suas interações diárias. Este trabalho entende o discurso da autora como uma prática social viva e atual. De acordo com os estudos de Bakhtin, especialmente nas discussões sobre o enunciado concreto, a língua só existe em pleno funcionamento, sendo moldada pelas forças sociais e pelas relações de poder de uma determinada época (Bakhtin, 2016).

Ao narrar as dificuldades vivenciadas diariamente na busca pela sobrevivência e pelo sustento de seus filhos, Carolina acaba destacando diferentes formas de violência que atingem direta e indiretamente os negros e periféricos. É fundamental entendermos que, em muitos momentos do texto, essas violências não são nomeadas sob o termo "racismo"; porém, ao longo do livro, com os cenários de desumanização, violência racial e apagamento social das pessoas que residem na periferia, conseguimos perceber que essas ocorrências revelam as marcas do racismo estrutural presente no Brasil, mostrando que essa opressão se manifesta às vezes de maneira sutil, mas devastadora na vida de quem vive o cotidiano narrado. Por isso, a escrita de Carolina Maria de Jesus não apenas registra experiências individuais, mas funciona como um meio de denúncia social e racial, pois essas violências não são apenas um recorte de 1960, época em que o livro foi lançado; elas ainda se mantêm presentes na vida de milhares de pessoas negras e periféricas atualmente.

Pensando nisso, a pesquisa, além de fundamentar-se na concepção bakhtiniana de linguagem, a partir, principalmente, do trabalho de Mikhail Bakhtin, em seu capítulo "Os gêneros do discurso", dialoga também com o pensamento de outros autores que discutem as relações raciais. Silvio Almeida, por exemplo, abordou o conceito de racismo estrutural, demonstrando que o racismo não é um ato anormal ou individual, mas um componente que faz parte da organização econômica, política e jurídica da sociedade. Esse conceito esclarece os trechos narrativos na obra em que Carolina relata a escassez de recursos e o descaso institucional, mostrando que a favela é o resultado de uma política de exclusão programada. As reflexões de Angela Davis a respeito dos processos de desumanização da população negra auxiliam na compreensão de como corpos negros são historicamente desumanizados e transformados em objetos de exploração ou figuras invisíveis. Complementando os pensamentos da violência racial, Cida Bento permite analisar as dinâmicas de poder e a convivência silenciosa das classes privilegiadas na manutenção de seus próprios espaços de conforto. As contribuições desses autores possibilitam compreender que as violências relatadas no livro não são fatos isolados, acaso ou desavenças meramente pessoais, mas sim resultados de uma estrutura social historicamente marcada pela desigualdade racial.

A partir dessas considerações iniciais, espera-se que este trabalho possa ampliar o entendimento das formas pelas quais tanto a linguagem literária quanto a literatura, enquanto

prática social e gênero discursivo, podem revelar e problematizar as dinâmicas das violências raciais, reforçando a importância da obra nos tempos atuais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

1. Do contexto de elaboração da obra: a vida de Carolina Maria de Jesus

Filha de uma lavadeira, Carolina nasceu em 1914, no interior de Minas Gerais, na cidade de Sacramento. Quando tinha 7 anos, recebeu ajuda de uma cliente de sua mãe e conseguiu frequentar a escola e concluir apenas até a segunda série do ensino fundamental I. Seu avô Benedito a ajudou no letramento, assim como o Sr. Nogueira, um homem que se sentava na praça aos domingos para ler o jornal para as pessoas na cidade de Sacramento.

Carolina, quando tinha 19 anos de idade, foi presa em Sacramento porque foi vista lendo um dicionário, e os soldados da cidade, que eram analfabetos, deduziram que ela estava lendo um manual de feitiçarias. A mãe e ela passaram dias na cadeia e foram até mesmo chicoteadas. Depois de soltas, voltaram para Franca, em São Paulo, na qual já haviam residido no ano de 1927 em busca de oportunidade de trabalho. Após esse episódio violento, sua mãe pediu para ela ir embora da cidade, pois ela não seria compreendida e aceita em um lugar no qual uma mulher negra não poderia ser livre e rodeada por escrita e conhecimento. Desse modo, a relação de Carolina com a literatura começou com uma fuga (Instituto Moreira Salles, 2024).

Já na cidade de Franca, Carolina nessa época trabalhou como empregada doméstica e lavradora. Após o falecimento da sua mãe, aos 23 anos, decidiu ir para capital onde então residia na favela de Canindé onde se passa a obra (Frazão, 2023; Queiroz, 2023).

A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* teve sua primeira publicação em 1960 (neste trabalho, vamos utilizar para a análise a 10ª edição da editora Ática, publicada em 2014), e foi editada por Audálio Dantas, o mesmo jornalista que ajudou a autora com a publicação do livro. Dantas foi até a favela do Canindé em 1958 para realizar uma reportagem sobre o cotidiano da periferia para a Folha da Noite (Dantas, 2014). Com a inauguração de Brasília em 1960, o retrato da favela representava uma oposição enorme ao discurso de "Brasil moderno" que o governo atual da época propôs (Meihy; Levine, 1994). Após a coincidência do encontro com Carolina, o jornalista foi convidado para ler seus cadernos, onde ficavam os relatos de sua vivência na comunidade, entre os anos de 1955 e 1960.

A publicação da obra não aconteceu sem resistências. Audálio Dantas conseguiu um contrato com a Livraria Francisco Alves, uma das principais editoras do país à época, que inicialmente relutou em publicar o livro (Meihy; Levine, 1994). O lançamento ocorreu em agosto

de 1960 e foi um fenômeno editorial inesperado: a tiragem inicial de 10 mil exemplares esgotou-se em apenas uma semana (Meihy; Levine, 1994). A obra foi traduzida para mais de 14 idiomas e publicada em mais de 40 países (Farias, 2017).

Porém muitos intelectuais e críticos da época se recusaram a considerar *Quarto de despejo: diário de uma favelada* como literatura, classificando como "depoimento", sem mérito estético (Perpétua, 2000; Arruda, 2017). Em sua biografia, Tom Farias (2017) observa que Carolina passou de "negra favelada" a "Cinderela negra". O sucesso editorial foi acompanhado por uma resistência crítica que negava à autora o estatuto de escritora, revelando as desigualdades raciais e de classe que estruturavam e ainda estruturam o meio literário brasileiro.

2. Perspectiva bakhtiniana da linguagem: alguns conceitos centrais

Considerando os Estudos da Linguagem, onde a pesquisa se insere, para o desenvolvimento da análise, este trabalho fundamenta-se na perspectiva bakhtiniana de linguagem, de forma em que compreende o discurso como uma prática social e histórica, produzida nas relações entre os sujeitos.

Bakhtin (2016), em seu texto "Os gêneros do discurso", trata a língua como um fenômeno vivo materializado em enunciados que carregam valores e sentidos e que se estabelecem por meio de relações dialógicas. Dessa forma, a linguagem torna-se essencial nos acontecimentos sociais, pois é nesses espaços que a língua se estabelece plenamente. Assim, o filósofo direcionou suas investigações para as formas de realização da linguagem nas interações humanas, privilegiando a análise da língua em funcionamento. Os usos da linguagem variam de acordo com as diferentes esferas da vida social, apresentando formas distintas de fala, de modo que nenhuma área da atividade humana se desvincula da linguagem. Nessa perspectiva, o discurso não é um sistema abstrato de normas, mas uma atividade viva e situada, forjada nas relações concretas entre os sujeitos (Faraco, 2009). Para Bakhtin (2016), a linguagem nunca é neutra e em suas palavras:

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes

literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva [...]; toda compreensão é prenhe de resposta (Bakhtin, 2016, p. 25).

Os estudos de Bakhtin (2016) partem da abordagem dialógica da linguagem e dos estudos voltados aos gêneros discursivos e enunciados. Essa perspectiva aparece no trabalho, permitindo compreender como o sujeito se coloca no discurso, o que é enunciado e de que maneira esses dizeres são construídos, possibilitando entender se o discurso da autora carrega marcas de violência racial e como isso se materializa nos enunciados.

Nessa perspectiva teórica, as relações dialógicas são a base de toda a comunicação humana. Elas não se restringem ao diálogo face a face entre duas pessoas, mas se estendem a todas as formas de interação verbal, incluindo a literatura, a filosofia e as ciências. Uma relação dialógica se estabelece quando um enunciado responde a outro enunciado, concordando, discordando, complementando ou mesmo silenciando diante dele. Todo enunciado, portanto, carrega marcas de outros discursos que o precederam e antecipa respostas que virão depois. É nesse sentido que a linguagem é essencialmente dialógica: ela não existe no vazio, mas sempre em relação com outras vozes, outros textos, outros sujeitos. Para Bakhtin (2016), até mesmo o silêncio pode ser uma resposta ativa, uma tomada de posição diante do que foi dito. Dessa forma, compreender a linguagem como dialógica implica reconhecer que os enunciados não são neutros nem isolados. Cada enunciado é um elo em uma corrente ininterrupta de comunicação, que retoma o que já foi dito, atualiza sentidos no presente e projeta respostas futuras (Bakhtin, 2016).

Para Bakhtin (2016), o enunciado é a unidade real da comunicação verbal, ou seja, é a materialização concreta da língua em uso. A perspectiva bakhtiniana entende que a língua só existe de fato nos enunciados produzidos pelos sujeitos em situações concretas de interação. O enunciado não é uma frase isolada, mas um ato de fala situado, que carrega marcas do sujeito que fala, do destinatário a quem se dirige e do contexto histórico-social em que é produzido.

No caso de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, a escrita de Carolina Maria de Jesus é entendida como um enunciado social potente: sua voz é construída a partir da experiência situada de uma mulher negra, pobre e favelada. Os enunciados de Carolina respondem a um contexto social que tentou silenciar sua voz, a exclusão racial e econômica, a condição de mulher periférica e mãe solo mas, ao mesmo tempo, convidam o público a tomar partido diante da realidade da favela. Nesse sentido, seus escritos dialogam com o discurso racista que a

desumanizou, mas também respondem a enunciados futuros, transformando a palavra em instrumento de resistência e denúncia.

Além disso, o Círculo de Bakhtin propõe uma concepção de sujeito que não é autônomo ou fechado em si mesmo, mas constituído na relação com o outro. Como argumenta Sobral (2009, p. 47-60), o sujeito só se torna sujeito na interação com o outro, na alteridade que o constitui. Não há sujeito sem outro, assim como não há enunciado sem um destinatário. O sujeito é, antes de tudo, um ser de resposta, que se define pelas respostas que dá ao mundo e pelas respostas que recebe dele.

Faraco (2009) ressalta que essa abordagem bakhtiniana se caracteriza por uma visão dialógica da linguagem, na qual todo enunciado é sempre uma resposta a enunciados anteriores e uma antecipação de respostas futuras. Para o autor, a linguagem é essencialmente interativa e não pode ser compreendida fora das relações sociais que a constituem: "A linguagem, para o Círculo, não é um sistema abstrato de formas, mas uma atividade social, um processo de interação entre sujeitos situados historicamente. É no diálogo, na resposta ativa ao outro, que a língua ganha vida e sentido" (Faraco, 2009, p. 68).

A abordagem bakhtiniana também nos permite compreender a linguagem como um território de disputa ideológica. Volóchinov (2017, p. 113), integrante do Círculo de Bakhtin, afirma que "o signo se torna a arena da luta de classes". Aplicando essa noção ao livro, percebemos que a escrita de Carolina Maria de Jesus não é neutra precisamente por causa das denúncias que faz sobre a fome e o cansaço, por exemplo. Cada termo escolhido por ela carrega um impacto, mesmo que não propositalmente, e expõe as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Quando Carolina escreve que "a favela é o quarto de despejo da cidade" (Jesus, 2014, p. 161), ela não está apenas descrevendo um espaço geográfico: ela produziu um enunciado carregado de crítica social, que revela como o racismo e a exclusão operam na organização do espaço urbano.

Esses conceitos e compreensões são importantes para analisar a escrita de Carolina Maria de Jesus, pois seus diários são respostas ativas às condições de opressão e silenciamento impostas a ela enquanto mulher negra, pobre e favelada. Carolina não escreve para si mesma (inicialmente talvez), mas para um leitor que é intimado a testemunhar sua realidade e a tomar posição diante dela, pois se calar diante destes relatos também é um posicionamento.

3. Temáticas importantes na obra de Carolina: fome e violência racial

Dentre as temáticas que são colocadas em debate na obra, a fome e a violência racial são os focos principais da trama, pois além de atingi-la fisicamente lhe deixando, no caso da fome, muitas vezes, indisposta para trabalhar catando papel (qual era sua única fonte de renda “fixa”), lhes atravessam moralmente e psicologicamente.

Antes de aprofundar na análise dos enunciados selecionados da obra, é necessário compreender o que se entende por violência racial. Segundo Sheila Almeida (2023), a violência caracteriza-se pelo "uso intencional da força ou poder de forma ameaçadora ou efetiva contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, resultando em lesões, morte, danos psicológicos, alterações no desenvolvimento ou privações". No caso da violência racial, ela pode ser definida como atos violentos direcionados a grupos étnico-raciais específicos, como negros e indígenas (Almeida, 2023). No Brasil, a violência racial está diretamente ligada à herança da colonização e da escravização, que levaram à opressão de negros e indígenas por séculos. Mesmo após a abolição legal da escravidão, a discriminação persiste devido à negligência da sociedade em atender às demandas dos ex-escravizados e seus descendentes, negando-lhes direitos de acesso principalmente à educação e a uma moradia digna, resultando em sua marginalização (Almeida, 2023).

Os indícios da violência étnico-racial podem ser percebidos por meio dos indicadores sociais, que no Brasil apontam para as desigualdades raciais existentes. Desemprego, trabalho informal e encarceramento são exemplos de situações predominantemente enfrentadas por pessoas negras (Almeida, 2023). Embora a população negra seja maioria no país, sendo aproximadamente 57% da população brasileira, ela não ocupa de forma proporcional espaços de poder, como as universidades públicas, o sistema judiciário e as direções de grandes empresas (Almeida, 2023). É nesse contexto que se insere a obra de Carolina Maria de Jesus. Seus escritos, ao narrarem as dificuldades vivenciadas diariamente na favela do Canindé, expõem justamente essas violências raciais estruturais, a fome, a exclusão, a falta de acesso a direitos básicos e a desumanização de corpos negros e periféricos que ainda persistem na sociedade brasileira contemporânea. Em seus relatos, a autora carrega visivelmente a indignação por não conseguir oferecer o básico para os filhos e para si mesma, tal como apresentamos nos exemplos a seguir:

“22 de julho

[...] Tem hora que revolto com a vida atribulada que levo. E tem hora que me conformo.” (Jesus, 2014, p. 22).

“27 de maio

Percebi que no Frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.” (Jesus, 2014, p. 37)

“18 de julho

[...] Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer.” (Jesus, 2014, p. 150)

“16 de junho...

[...] ... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

— É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (Jesus, 2014, p. 54)

A partir desses enunciados de exemplo, é possível observar como a fome e as violências raciais se materializam nas vivências cotidianas da autora, muitas vezes, de forma naturalizada e estrutural. Embora Carolina não nomeie diretamente, essas problemáticas se evidenciam por meio das situações de exclusão, desigualdade e desumanização que descreve ao longo do diário. A condição de mulher negra, pobre, favelada e mãe solo atravessa sua trajetória e determina o tipo de tratamento que recebe tanto no trabalho que realiza, quanto nas interações sociais, revelando marcas profundas da hierarquização racial no Brasil.

Por esses motivos, a obra continua sendo atual e indispensável, pois retrata a realidade de pessoas que vivem à margem da sociedade, principalmente das mulheres negras que enfrentam o

desafio da maternidade solo ou a de um relacionamento extremamente abusivo, com casos de violência doméstica, como alguns dos casos relatados no livro:

“18 de julho

Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associação de caridade.

Os meus filhos não são sustentados com pão da igreja. Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. (Jesus, 2014, p. 14 - 15)

Essas vivências de Carolina não são coincidências, nem distantes; nos fazem questionar os motivos pelos quais pessoas negras ainda estão em sua grande maioria vivendo em condições de desvantagem. Com a destilação de preconceito em vários âmbitos sociais, hoje em dia o racismo pode ser definido de várias maneiras como por exemplo: racismo religioso, racismo ambiental, racismo linguístico etc. Vivemos em uma sociedade extremamente racista e grande parte disso se dá pela estrutura adotada por anos.

O racismo religioso, por exemplo, atinge principalmente as religiões de matriz africana, e consiste em "um conjunto de práticas violentas que expressam a discriminação e o ódio pelas religiões de matriz africana e seus adeptos, assim como pelos territórios sagrados, tradições e culturas afro-brasileiras" (Conectas, 2022). Diferentemente do que ocorre com outras formas de intolerância religiosa, essa violência é direcionada especificamente a pessoas negras e a suas tradições espirituais, sendo "parte do racismo estrutural". O racismo ambiental, por sua vez, evidencia como populações negras e periféricas são as principais vítimas da degradação ambiental, sendo forçadas a viver em áreas de risco como as favelas retratadas por Carolina e sofrendo com a falta de saneamento e a exposição a desastres como enchentes e deslizamentos (Fundo Brasil, 2023). Já o racismo linguístico se materializa na desqualificação das formas de falar associadas a esses grupos, abordando "a linguagem como mecanismo de produção, disseminação e sedimentação do racismo" (Missiatto, 2021), um preconceito que acompanhou a trajetória de Carolina e de tantos outros que têm sua humanidade negada pela própria maneira de

se expressar. Essas violências, que Carolina Maria de Jesus já denunciava em seus diários, não são casos isolados, mas sintomas de um racismo que permanece estrutural e ativo, moldando a vida de milhões de pessoas e que atualmente conseguimos nomeá-los.

Se popularizou, também pelo filósofo Silvio Almeida, o conceito de “racismo estrutural” no Brasil. O autor expõe seu pensamento dizendo que o racismo não se reduz apenas a atos de discriminação, mas sobre uma estrutura que organiza a sociedade em dimensões econômicas, políticas e jurídicas, e isso torna a desvantagem racial sistêmica “[...] as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2019, p. 36).

Desse modo, entendemos, a partir da reflexão do autor, que o racismo já é algo que foi normalizado na vida de pessoas negras, uma violência que se ainda não aconteceu até o momento, provavelmente algum dia irá acontecer, e a partir do momento em que naturalizamos ações ditas racistas, estamos persistindo em desumanizar, negligenciar as vivências dessas pessoas e também reafirmando o suposto local que elas merecem dentro da nossa sociedade.

Expondo seu ponto de vista sobre a estrutura racial, Angela Davis, em seu livro *Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement* traduzido para o português como “A liberdade é uma luta constante”, que trata de uma coletânea de ensaios, discursos e entrevistas dada por ela, e organizado pelo ativista Frank Barat, publicado em 2016, também menciona a estrutura política e social como parte do problema quando o assunto é racismo. Para Davis, o racismo não se resume a atos individuais de preconceito, mas opera como um sistema institucionalizado de exclusão e controle. O racismo institucional se manifesta quando instituições como o sistema de justiça, a educação, a saúde e a mídia reproduzem, mesmo sem intenção explícita, desigualdades raciais por meio de suas práticas, normas e políticas. Como ela mesma afirma, há “elementos estruturais bastante importantes do racismo” que não são levados em consideração quando se discute seu fim ou sua contestação (Davis, 2016, p. 48). Esse racismo se materializa, por exemplo, no encarceramento em massa da população negra, na violência policial desproporcional, no acesso desigual à saúde e na sub-representação de pessoas negras em espaços de poder; fenômenos que persistem até hoje tanto nos Estados Unidos, país da autora, quanto no Brasil.

Davis denuncia que o racismo institucional não apenas exclui materialmente a população negra, mas também a desumaniza por meio de representações midiáticas e sociais que “igualam pessoas negras a pessoas criminosas” (Davis, 2016, p. 49). Essa desumanização é o que permite

que a violência contra corpos negros seja naturalizada e que a fome, a exclusão e a miséria como as vividas por Carolina sejam tratadas como destino, e não como produto de uma estrutura racialmente organizada.

Ao analisar a obra de Carolina, à luz do pensamento de Davis, percebe-se que os relatos da autora não são apenas testemunhos de sofrimento individual, mas evidências concretas do funcionamento do racismo institucional no Brasil. A falta de acesso à moradia digna, a ausência de políticas públicas para a favela, a negação de oportunidades de trabalho e a violência policial que Carolina descreve são marcas de um sistema que historicamente marginaliza a população negra.

Sabe, o racismo é um fenômeno muito complexo. Existem elementos estruturais bastante importantes do racismo e, em geral, esses elementos não são levados em consideração quando se discute seu fim ou sua contestação. Há também o impacto na psique, e é aí que entra a persistência dos estereótipos. Os modos como, ao longo de um período de décadas e séculos, as pessoas negras vêm sendo desumanizadas, ou seja, representadas como menos do que humanas e, portanto, o caráter político da maneira como a população negra é retratada por meio da mídia, por meio de outras formas de comunicação, que entra em jogo nas interações sociais, tem igualado pessoas negras a pessoas criminosas. Então, não é difícil entender como esses estereótipos persistem por tanto tempo. A questão é: por que, até agora, não houve esforço sério para compreender o impacto do racismo nas instituições e nas atitudes individuais? Até que sejamos capazes de enfrentar o racismo de um modo abrangente, os estereótipos persistirão. (Davis, 2016, p. 48-49).

Outro conceito relevante para esta pesquisa é o da autora Cida Bento, que desenvolve o conceito de "pacto narcísico da branquitude", o qual nos permite entender um pouco mais sobre os motivos da perpetuação do racismo há tantos anos.

O pacto narcísico da branquitude é um "acordo tácito" e um "contrato subjetivo não verbalizado" entre pessoas brancas para manter seus privilégios e lugares de poder (Bento, 2022, p.24-25). Ele se dá de forma sutil e muitas vezes inconsciente: as novas gerações brancas tornam-se beneficiárias de tudo que foi acumulado historicamente, comprometendo-se tacitamente a aumentar esse legado e transmiti-lo às gerações seguintes, fortalecendo o grupo branco em seu lugar de privilégio, ao mesmo tempo em que excluem outros grupos não considerados "suficientemente merecedores" Na prática, esse pacto se manifesta, por exemplo, quando instituições contratam majoritariamente pessoas brancas para posições de liderança, quando ideias de pessoas negras não são acolhidas, ou quando uma reclamação é vista como "assertividade" na voz de um branco e como "agressividade" na voz de um negro. Bento (2022)

faz um alerta importante: o pacto não é explicitamente nomeado ou discutido, e seus beneficiários frequentemente não se reconhecem como herdeiros dessa história de privilégios. A autora argumenta que "não existe meritocracia em um país racista", e que a ideia de mérito foi "inventada" para justificar a manutenção desse pacto, transmitindo a herança branca como se fosse resultado exclusivo de esforço individual (Bento, 2022, p. 12-15).

Esse conceito nos auxilia a compreender as violências raciais na obra de Carolina Maria de Jesus ao revelar que a exclusão e a desumanização que ela vivencia não são acidentais, mas resultado de um sistema que historicamente destina corpos negros a lugares subalternos. A naturalização da miséria, da fome e do trabalho precário descritos por Carolina além da resistência da crítica literária em reconhecer sua obra como literatura são manifestações concretas desse pacto, que opera para manter a população negra fora dos espaços de poder e reconhecimento social. O pacto, portanto, não apenas organiza o acesso a bens materiais, mas também controla quem pode ser visto como sujeito de sua própria história e quem permanece relegado ao silêncio e ao esquecimento.

[...] As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. E claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram "iguais". É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o "diferente" ameaçasse o "normal", o "universal". Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (Bento, 2022, p. 11).

Com essas considerações teóricas, tomamos um breve conhecimento sobre como o racismo atua na sociedade. Com essas reflexões, fica evidente que as violências relatadas por Carolina Maria de Jesus não são fatos isolados, mas expressões de uma lógica racial que permanece ativa e se atualiza nas estruturas sociais de todo o mundo. Ao narrar seu cotidiano, Carolina revelou as formas de exclusão e vulnerabilidade que ainda atingem grande parte da

população negra. A obra, portanto, ultrapassa os limites da escrita íntima e assume também o papel de documento social, denunciando desigualdades que persistem no país.

4. Análise discursiva dos trechos da obra

A partir das discussões e leituras teóricas acima apresentadas, escolhemos trechos na obra que trazem à tona a temática da violência racial. A seleção dos dez enunciados analisados obedeceu a dois critérios principais: o primeiro, de natureza temática, a recorrência de situações que evidenciam a violência racial em suas diferentes manifestações, como a fome, a exclusão social, a desumanização, a naturalização da miséria e a negação de direitos básicos; o segundo, de natureza discursiva, a presença de marcas linguísticas que revelam o posicionamento da autora diante das opressões vivenciadas, como o uso de metáforas, a explicitação de sentimentos de indignação e revolta, e a comparação entre sua realidade e a de outros grupos sociais. Optou-se por analisar exclusivamente enunciados em que Carolina é a própria locutora, uma vez que o objetivo central da pesquisa é investigar como ela, em sua condição de mulher negra, pobre e favelada, narra e significa as violências que a atravessam. Os demais enunciados da obra, embora igualmente relevantes para a compreensão do contexto social da favela, não foram selecionados, por uma questão de delimitação.

Além disso, adotamos metodologicamente o termo “enunciado” para nos referir aos dez trechos selecionados para análise porque se adequa à perspectiva teórica de linguagem adotada. Sendo assim, os dez enunciados analisados serão nomeados “Enunciado 1”, “Enunciado 2”, “Enunciado 3” etc.

Enunciado 1:

“15 de julho de 1955

Aniversário da minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar” (Jesus, 2014, p. 11).

Nesse enunciado, a violência racial aparece relacionada à condição de miséria imposta historicamente à população negra. Carolina relata que não consegue comprar um par de sapatos

novos para a filha por causa do "custo dos gêneros alimentícios", mostrando mais uma vez a desigualdade social que atravessa sua vida.

O cenário descrito por Carolina insere-se em um contexto histórico específico: o Brasil da década de 1950 vivia o auge do “nacional-desenvolvimentismo” do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o lema "50 anos em 5", que prometia um rápido desenvolvimento econômico e a modernização industrial do país. No entanto, esse processo de industrialização e crescimento econômico não beneficiou a todos: ele resultou em um processo inflacionário que corroeu o poder de compra dos mais pobres e aumentou a desigualdade social. Entre 1955 e 1960, a inflação no país subiu a uma média de 23% ao ano segundo o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Como observa a socióloga Eliane da Conceição Silva, que estudou a violência social brasileira na obra de Carolina Maria de Jesus em seu doutorado, em entrevista concedida: "No caso da inflação, o que ela sente é o pouco dinheiro que ela consegue cada vez comprando menos coisas" (Carranço, 2021). Carolina, ao afirmar ser "escrava do custo de vida", expressa precisamente essa realidade: o dinheiro que consegue com a catação de papel já não é suficiente para adquirir o mínimo necessário, e a inflação faz com que os preços subam mais rápido do que sua capacidade de ganho.

O fato de precisar retirar sapatos do lixo para a filha demonstra um processo de desumanização, pois aquilo que deveria ser um direito básico torna-se um luxo inacessível. O gesto de catar sapatos no lixo não é apenas uma solução encontrada por Carolina, mas o símbolo de uma exclusão mais profunda: seu corpo e sua família são relegados à condição de "objetos fora de uso" em uma sociedade que consome e descarta. A filha Vera Eunice, ao calçar sapatos encontrados no lixo, herda não apenas a pobreza material, mas também o lugar social de quem é destinado a receber o que os outros jogam fora.

A violência racial aparece, portanto, na naturalização da extrema pobreza vivida pela autora e na exclusão social que limita seus desejos e sua dignidade. A expressão "escravos do custo de vida" reforça a ideia de que a escravidão não acabou, apenas mudou de forma. Conforme Almeida (2019), o racismo estrutural organiza a economia para excluir corpos negros do acesso básico à dignidade. A fome e a impossibilidade de adquirir bens essenciais não são acidentes ou consequências do destino, mas resultados de uma estrutura social que historicamente destina a população negra às margens do desenvolvimento econômico.

Enunciado 2:

“16 de julho

[...] Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanso” (Jesus, 2014, p. 12).

Neste enunciado, o discurso da violência racial se manifesta por meio da desumanização das pessoas pobres, especialmente de Carolina, que é uma mulher negra periférica. Compreendemos que a violência racial, são um conjunto de práticas, discursos e estruturas que, fundamentadas na hierarquização racial, produzem e reproduzem desigualdades, privações e sofrimentos que atingem de forma desproporcional a população negra. Essa violência não se restringe a atos explícitos de agressão física, mas se manifesta também de forma estrutural, institucional e simbólica como na negação de direitos básicos, na naturalização da pobreza e na imposição de condições de vida marcadas pela exaustão e pela precariedade.

Carolina evidencia que o descanso, algo básico e necessário para qualquer ser humano, transformou-se em "privilégio", revelando mais uma vez a desigualdade social que marca sua existência. A expressão "o pobre não repousa" demonstra uma condição de exploração contínua, mostrando que a pobreza obriga o sujeito a trabalhar e resistir mesmo diante do cansaço, seja ele físico ou emocional. O enunciado revela como o racismo estrutural produz condições de vida marcadas pela exaustão e pela negação de direitos básicos. Carolina pega um termo normalmente associado a elites, "privilégio", e o aplica ao descanso, revelando que, para o corpo negro e pobre, até parar é um luxo. Ela denuncia que, mesmo doente e indisposta "com vontade de deitar", o pobre não pode parar, porque sua sobrevivência depende de um trabalho incessante e instável. A violência racial, portanto, não está apenas na fome ou na falta de moradia, mas também na imposição de um ritmo de vida que exaure o corpo e a mente, tratando a população negra como força de trabalho descartável, que não tem direito ao repouso nem ao cuidado de si.

Desse modo, a violência racial se materializa na própria estrutura do trabalho e da vida na favela: Carolina não pode descansar porque, se parar, ela e seus filhos passam fome. O corpo negro é submetido a uma lógica de exploração que remonta à escravidão, na qual o trabalho era contínuo e o descanso, quando existia, era uma concessão do senhor, não um direito. Ao afirmar

que "o pobre não repousa", Carolina não apenas descreve sua realidade, mas denuncia que essa é uma condição imposta a corpos negros e periféricos, que são forçados a ocupar as margens da sociedade e a viver em estado de permanente exaustão.

Enunciado 3:

“20 de julho

[...] O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja” (Jesus, 2014, p. 19).

Nesse trecho, o discurso da violência racial se manifesta na naturalização da pobreza e na negação de coisas básicas. Carolina revela desejos simples ligados ao cuidado, à limpeza e ao conforto, mas afirma que “não é possível”, evidenciando os limites sociais impostos à sua existência. A frase “já habituei-me andar suja” mostra um processo de desumanização e de adaptação forçada da miséria. O fato de precisar se acostumar à sujeira revela a forma como o sujeito percebe a si mesmo. A violência racial aparece porque a sociedade historicamente associa corpos negros à pobreza, à marginalização e à falta de prestígio social.

O enunciado também evidencia a desigualdade de acesso a direitos básicos, como moradia digna e condições adequadas de higiene, refletindo sobre sua realidade cotidiana na favela. A situação ocorre em um momento de autorreflexão, em que ela compara seus sonhos às condições precárias em que vive, revelando como o racismo estrutural limita possibilidades de ascensão e reconhecimento social. Do ponto de vista bakhtiniano, esse enunciado revela a posição responsiva de Carolina diante das condições impostas pela sociedade. Ela não aceita passivamente a sujeira, mas a "habitua-se" como estratégia de sobrevivência. A frase "já habituei-me" carrega um tom de denúncia silenciosa: o corpo negro e favelado é forçado a se adaptar à desumanização. A sociedade branca não vê a sujeira como problema estrutural, mas como característica naturalizada da favela e dos corpos negros. Carolina, ao dizer que "não é possível" realizar seu sonho, está respondendo ao pacto silencioso que lhe nega dignidade.

Enunciado 4:

“11 de maio

[...] Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar” (Jesus, 2014, p. 26).

A expressão “sempre com fome” revela que a miséria não é momentânea. O trecho evidencia a desumanização provocada pela pobreza extrema, pois a fome retira até mesmo a possibilidade de escolha alimentar. O discurso mostra como corpos negros e periféricos são submetidos à precarização da vida. Quem fala é a própria Carolina, relatando o sofrimento cotidiano dos filhos diante da escassez de comida.

Enunciado 5:

“13 de maio

[...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual -a fome!” (Jesus, 2014, p. 27).

O dia 13 de maio é uma data de profundo significado histórico no Brasil. Foi nesse dia, em 1888, que a Princesa Isabel sancionou a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no país. O Brasil foi o último país independente da América Latina e do Ocidente a abolir oficialmente a escravidão (Wikipédia, 2026). No entanto, como apontam historiadores e ativistas do movimento negro, o 13 de maio representa uma "abolição inconclusa". A lei libertou os escravizados, mas não criou mecanismos de amparo ou inclusão no mercado de trabalho para os ex-escravos e seus descendentes. Carolina, ao escrever que lutava contra a "escravatura atual - a fome" exatamente no dia 13 de maio de 1958, 70 anos após a assinatura da Lei Áurea, denuncia a permanência da escravidão sob uma nova forma. A fome, a miséria, a exclusão e a falta de acesso a direitos básicos são, para ela, a continuação da escravidão. A "liberdade" conquistada em 1888 não se concretizou para a população negra, que continuou sendo relegada às margens da sociedade.

Esse processo de exclusão tem raízes históricas profundas. Enquanto a Lei de Terras de 1850 dificultava o acesso do pobre livre à terra, impedindo que negros ex-escravizados pudessem adquirir terras para cultivar, o governo autorizava a vinda de colonos europeus e a concessão de lotes de terras devolutas para a colonização (Museu da Imigração, 2026). A legislação, portanto, criou mecanismos de exclusão do negro do mercado de trabalho livre, enquanto promovia a entrada de imigrantes europeus, vistos como "modernos", "civilizados" e "científicos" (Brasil de

Fato, 2022). Dessa forma, os imigrantes europeus eram incentivados e acomodados, enquanto os trabalhadores nacionais, majoritariamente negros, eram desqualificados e excluídos.

Carolina, em seu diário, não apenas testemunha, mas denuncia essa herança histórica: a fome e a exclusão que ela e seus filhos vivenciam são consequências diretas de um sistema que, mesmo após a abolição, não incorporou a população negra à sociedade com direitos e dignidade. Ao fazer a conexão entre o 13 de maio e a "escravatura atual", Carolina reivindica o reconhecimento de que a liberdade prometida não foi cumprida, e sua escrita é um ato de resistência contra essa realidade.

Enunciado 6:

“17 de maio

[...] Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava discontente que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo” (Jesus, 2014, p. 28).

Carolina questiona a naturalização do sofrimento da população pobre brasileira. O trecho mostra uma percepção crítica das desigualdades sociais profundas existentes no país. A violência racial aparece de forma indireta, pois a pobreza extrema no Brasil atinge principalmente a população negra e periférica. O sofrimento emocional provocado pela miséria também aparece quando Carolina relata que descontou sua revolta no filho “sem motivo”, mostrando os impactos psicológicos da exclusão social. Ela afirma que brigou com o filho “sem motivo”, conseguimos perceber que, claramente existe um motivo: o desgaste emocional provocado pela miséria e pela pressão diária de não conseguir garantir condições dignas de sobrevivência para si e para os seus filhos. O estresse contínuo da fome e da exclusão acaba afetando suas emoções e suas relações pessoais. O racismo estrutural intensifica esse sofrimento psicológico, porque Carolina ocupa um lugar social historicamente marginalizado como mãe solo, negra, pobre e favelada. A exclusão social, a insegurança e a falta de acesso a direitos básicos geram cansaço mental e sentimentos de desesperança. Assim, a violência racial aparece não apenas nas condições materiais da pobreza, mas também nos impactos emocionais causados por ela, e ela não aceita passivamente sua condição, então a denuncia. A expressão "sem motivo" revela um significado além daquele já é pré-existente: o racismo adoece.

Enunciado 7:

“21 de maio

[...] De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operários” (Jesus, 2014, p. 34).

Ao afirmar que os políticos mudam a cada quatro anos, mas a fome permanece, Carolina desmonta o discurso oficial do progresso e expõe a falência das políticas públicas para a população negra e periférica. O discurso da violência racial aparece na negligência do Estado diante das condições de vida da favela, que na época em que Carolina escrevia era marcada pela ausência de políticas habitacionais efetivas, relegando a população negra e migrante a áreas precárias e periféricas das cidades. Nesse contexto, Carolina denuncia que, apesar das mudanças políticas que aconteciam ciclicamente a cada quatro anos, a fome permanece sem solução, revelando a manutenção das desigualdades estruturais. Há ainda outros discursos presentes nesse enunciado: Carolina responde ao discurso desenvolvimentista da época, que prometia progresso para todos, mas na prática excluía a população negra e pobre. Seu enunciado se insere em uma tradição de denúncia social e racial, antecipando discursos futuros sobre o racismo estrutural e a negligência do Estado para com as periferias, que ainda ecoam nos dias de hoje.

Carolina denuncia o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022): os políticos, majoritariamente brancos, não resolvem a fome porque a favela corpo negro está fora do seu horizonte de humanidade. Conforme Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural se mantém justamente por essa negligência estatal naturalizada. A fome não é acidente, é projeto.

Enunciado 8:

“22 de maio:

Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou sai correndo sem parar até cair inconciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro” (Jesus, 2014, p. 35)

Nesse trecho, a violência racial aparece de forma indireta, mas profunda. A chuva não é apenas um fenômeno climático: para Carolina, a chuva significa a impossibilidade de sair para catar papel, buscar comida ou trabalhar. A tristeza e o nervosismo são efeitos psicológicos da precarização da vida. A frase "não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente" revela um corpo e uma mente no limite. A desumanização provocada pelo racismo estrutural se mostra também pelo esgotamento físico e emocional, pois Carolina está presa em um ciclo onde até a natureza vira inimiga, porque sua sobrevivência depende de um trabalho diário e instável, onde as condições climáticas têm que ser favoráveis.

Enunciado 9:

“23 de maio:

Quando puis a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia” (Jesus, 2014, p. 37).

Neste trecho, a cor do feijão, que poderia ser motivo de incômodo para outras pessoas, não é sequer notada pelos filhos de Carolina. A frase "não aludiram à cor negra do feijão" mostra que o preço da sobrevivência é aceitar qualquer alimento, independentemente de sua aparência. Carolina, vai além: "negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia." Aqui, a palavra negro é usada talvez com outra intenção, não é apenas uma cor ou uma identidade racial. É a cor da dor, da fome, da exclusão, da morte que não faz diferença. A violência racial aparece na associação forçada entre negritude e sofrimento, mostrando como o racismo estrutural produz um ambiente onde a população negra é carente de qualquer possibilidade de leveza ou felicidade.

Enunciado 10:

16 de julho:

[...] Não havia papel nas ruas. Passei no Frigorífico. Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estava estragadas. (...) Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho um apetite de Leão. Então recorro ao lixo” (Jesus, 2014, p. 78).

Neste trecho, o gesto de catar comida no lixo é um dos maiores símbolos da desumanização provocada pela pobreza extrema. Carolina não quer recorrer ao lixo "não quero enfraquecer", mas a fome a obriga. Ela é forçada a se alimentar de restos. Esse contraste evidencia o racismo estrutural, corpos negros e favelados são destinados ao lixo material e simbólico da sociedade. A violência racial está na normalização do lixo como fonte de sustento para essa população mostrando como a fome retira a dignidade.

Carolina responde a uma sociedade que joga fora comida enquanto pessoas morrem de fome, ela não escolhe o lixo por vontade, mas como última alternativa para não enfraquecer e não morrer. A desumanização da população negra também está na normalização de situações repulsivas.

Todos os dez enunciados analisados são trechos em que a própria Carolina está se expressando. Esses enunciados apresentam semelhanças temáticas entre si, por isso, foram selecionados, ou seja, as temáticas sobre a violência racial, mas também a presença de constantes incertezas, dúvidas sobre o que vai acontecer, sobre se ela conseguirá se alimentar e alimentar os filhos.

5. Considerações finais

O trabalho partiu do pressuposto de que os enunciados escritos por Carolina Maria de Jesus em seu livro *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* materializavam discursos de violência racial, muitas vezes de caráter estrutural. Ao longo da análise, foi possível confirmar essa hipótese, identificando nos enunciados marcas profundas das violências raciais que atravessaram sua escrita e sua vida.

Os enunciados analisados revelaram que as violências se manifestam principalmente na naturalização da miséria, da fome, do cansaço e na privação de recursos básicos na favela em que ela viveu. Ao afirmar que "negra é a nossa vida", Carolina mostra como as condições de vida da população negra são determinadas pela cor da pele. Esses enunciados revelam a consciência crítica da autora, que não apenas vive a opressão, mas a nomeia, a problematiza e a denuncia. A violência racial aparece atravessando toda a sua existência, e não apenas a sua escrita, associando negritude à dor, à exclusão e à sobrevivência precária.

A hipótese inicial, portanto, se confirma: o discurso sobre violência racial em *Quarto de Despejo* se materializa nos enunciados de Carolina Maria de Jesus, que expõem as desigualdades estruturais do Brasil e transformam a escrita em instrumento de sobrevivência e luta. A obra não é apenas um registro de sofrimento, mas um modo de resistência que reafirma sua humanidade e sua existência em meio a tantas formas de desumanização.

Este trabalho, ao analisar seu discurso por meio da perspectiva bakhtiniana, espera ter contribuído para ampliar, de alguma maneira, o entendimento sobre as formas pelas quais a linguagem literária pode revelar e denunciar as violências raciais, reforçando o papel social e político da literatura e dos estudos da linguagem na formação de leitores críticos e na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências:

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Jandaíra, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**: Ferguson, Palestina e as bases de um movimento. Organização de Frank Barat. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

FRAZÃO, Dilva. Carolina Maria de Jesus Escritora brasileira. **eBiografia by Toda matéria**, 2023. Disponível em: https://www.ebiografia.com/carolina_maria_de_jesus/. Acesso em: 22 maio 2023.

QUEIROZ, Thaís. Resenha crítica do Quarto de Despejo. **Gposshe**, 2023. Disponível em: <https://www.gposshe.com/2023/06/resenha-critica-do-quarto-de-despejo.html>. Acesso em: 3 junho 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Biografia. São Paulo: IMS, [2024]. Disponível em: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/biografia/>. Acesso em: [19, junho 2026].

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: _____. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

ALMEIDA, Sheila Dias. **Violência étnico-racial e acolhimento**. UFOP Notícias, Ouro Preto, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/em-discussao/violencia-etnico-racial-e-acolhimento>. Acesso em: 25 ago. 2026.

ARRUDA, Aline Alves (Org.). **Memorialismo e resistência: estudos sobre Carolina Maria de Jesus**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BARRETO, Brena Lohane Monteiro; PREUSSLER, Gustavo de Souza. **Sistema penal e violência racial: uma discussão teórica decolonial**. Revista Direitos e Garantias Fundamentais, v. 24, n. 3, 2023.

BRASIL DE FATO. **O que foi a Lei de Terras de 1850?**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/31/o-que-foi-a-lei-de-terras-de-1850>. Acesso em: 28 ago. 2026.

CONECTAS. **Racismo religioso: o que é e como combater**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.conectas.org>. Acesso em: 28 ago. 2026.

DANTAS, Audálio. Prefácio. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FUNDO BRASIL. **Racismo ambiental: o que é e como afeta a população negra**. 2023. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br>. Acesso em: 28 ago. 2026.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MISSIATTO, Sabrina. **Racismo linguístico: a linguagem como mecanismo de produção e sedimentação do racismo**. Revista Linguagem em Foco, v. 13, n. 2, 2021.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **A política de imigração no Brasil**. São Paulo, 2026. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 28 ago. 2026.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **A vida escrita de Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Eliane da Conceição. **Carolina Maria de Jesus: a escrita como resistência**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

WIKIPÉDIA. 13 de maio. 2026. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/13_de_maio. Acesso em: 28 ago. 2026.

CARRANÇA, Thais. **'Até o feijão nos esqueceu': o livro de 1960 que poderia ter sido escrito nas favelas de 2021**. BBC News Brasil, São Paulo, 16 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57033047>. Acesso em: 28 ago. 2026.